

EDITORIAL

A revista Avaliação chega à sua 51ª edição ao tempo em que se realiza em Paris a Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO. No momento em que preparamos esta edição ainda não é oportuno antecipar nada a respeito do desenvolvimento e dos resultados que poderão ser alcançados nessa Conferência. Na Conferência Mundial de 1998, coerente com suas tradições, a UNESCO reafirmou o princípio fundamental da educação como bem público, direito social e dever do Estado. Dez anos depois, esse princípio foi enfaticamente reafirmado na Conferência Regional de Educação Superior realizada em junho de 2008, em Cartagena de Indias, Colômbia. Fará isso agora, em Paris, apesar das forças contrárias da globalização neoliberal, no contexto de uma grave crise financeira (além das de outras naturezas) e da avassaladora centralidade da economia global que empurram a educação superior ao cumprimento subserviente ao modelo individualista e utilitarista do mercado? É crescente a tendência a se fluidificarem os limites entre a educação superior e o mercado. O conhecimento que conta é o que tende a apresentar mais utilidade e valor mercadológico – o conhecimento tornado mercadoria. A formação tende a se limitar a mera capacitação profissional.

Na edição anterior desta revista (março de 2009), trouxemos o texto completo da “Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe”. A CRES se realizou na cidade de Cartagena de Indias de 4 a 6 de junho de 2008, com o apoio do IESALC-UNESCO e do Ministério de Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, Espanha, México e República Bolivariana da Venezuela. Mais de 3.500 integrantes da comunidade acadêmica de nosso Continente aprovaram esse documento, cujo princípio fundamental é: “A Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado”. Então, tornam-se imprescindíveis políticas que reforcem e articulem, de forma sustentável, com qualidade e pertinência, os compromissos sociais da educação superior. Essas políticas devem respeitar os princípios democráticos e visar à oferta educativa para todos e todas. Diz a declaração: “Os Estados, as sociedades nacionais e as comunidades acadêmicas devem ser os atores que definem os princípios básicos nos quais se fundamenta a formação dos cidadãos e cidadãs, cuidando para que ela seja pertinente e de qualidade”.

É nessa perspectiva que se colocam vários textos desta edição. Abrindo essa seleção, **Antonio Joaquim Severino** defende que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é pressuposto básico para que a Universidade se

torne centro energético de transformação da sociedade e contribua para a construção da democracia e da cidadania, mediante a consolidação de uma nova consciência social. Por sua vez, **Francisco López Segrera** e **Cristian Parker Gumucio** analisam o novo conceito de analfabetismo científico como competência requerida para o exercício da cidadania no século XXI. **Claudio Rama** apresenta os eixos da acreditação internacional, as modalidades dominantes em escala global e suas manifestações na América Latina. **Mara Regina Lemes de Sordi** e **Menga Ludke** abordam a aprendizagem da avaliação como um dos saberes essenciais para o trabalho docente; propõem que os processos de formação de professores incorporem a discussão sobre a avaliação institucional entendida como instância de mediação entre a avaliação de aprendizagem e a avaliação de sistemas. **Maria Lucia de Amorim Soares** e **Leandro Petarnella**, pouco depois do quadragésimo aniversário do “Maio de 1968”, trazem à tona as contradições da sociedade industrial a partir das discussões sobre os significados dos embates dos intelectuais franceses e dos jovens que nesse Movimento buscavam negar as relações ossificadas na escola, na família, na cultura, na ação política e econômica. **Júlio Berolin** apresenta uma metodologia de avaliação e mensuração da qualidade do sistema de educação superior brasileiro, entre 1993-2004, concluindo que não teria havido evidências claras de melhorias em termos de relevância, equidade, diversidade e eficácia, considerando que esse é um período marcado pela intensificação de políticas de mercantilização. **Carla B. Zandavalli**, por meio de análise documental e da literatura educacional, trata dos antecedentes do SINAES, destacando a influência das propostas de “modernização” das universidades impulsionadas por organismos internacionais e o desenvolvimento do neoliberalismo. **Marlis M. Polidori** discute o desenvolvimento do processo de avaliação da educação superior brasileira, com ênfase na crítica aos índices e indicadores praticados a partir de 2008 (CPC, IGC e outros), os quais, segundo a autora, ferem a concepção básica do SINAES. **Fabiana M. P. Bartnik** e **Itamar M. da Silva** procuram compreender como as Universidades Católicas Comunitárias estudadas realizam a avaliação de suas atividades extensionistas. **Rinaldo H. A. da Silva** apresenta e discute os resultados de uma pesquisa qualitativa sobre o processo de gestão na implantação de métodos ativos de ensino e aprendizagem na Faculdade de Medicina de Marília. O último artigo, de **Regina C. M. Pires** analisa correspondências e diferenças entre a formação inicial do professor pesquisador universitário egresso do PIBIC/CNPq/UNEB. Boa leitura!

José Dias Sobrinho - editor